

Antonio Caraballo

29 JAN 1993

Enquanto o País curtia uma merecida resaca cívica pela maturidade e equilíbrio com que o povo brasileiro escreveu mais um capítulo de sua história, ao cassar o mandato de um presidente da República por uma até aqui inédita via legal e pacífica, eis que aparece no horizonte nova ameaça à estabilidade das instituições. Não uma ameaça imediata às instituições políticas. Muito menos uma ameaça gerada por conflitos políticos ou falta de sustentação parlamentar para que o presidente Itamar Franco comece seu mandato-tampão em condições de corresponder ao que dele espera a Nação.

A ameaça aparece no domínio da economia e pode alcançar a cena política, na medida em que um surto de hiperinflação desorganize o sistema produtivo brasileiro. Hoje já é o caso de se perguntar, ao melhor estilo de Sherlock Holmes, a quem interessará esse caminho. Não é razoável imaginar qualquer tipo de maquiavélica conspiração política. Mas é legítimo suspeitar de posturas empresariais que, no afã de defenderem interesses setoriais ou condições privilegiadas em seus negócios, acabam contribuindo de forma destacada para expor o País, mediante o abalo de sua economia.

Os políticos perceberam a delicadeza do momento e cuidaram de assegurar a governabilidade, exercitando a negociação e construindo acordos em torno de projetos importantes. As concessões foram a tônica dos entendimentos. Cada qual cedendo o possível. O processo está em curso, num inusitado verão de intensa atividade legislativa. Já não se pode dizer o mesmo dos empresários. Vale a pena insistir em que a governabilidade é uma moeda de dupla face. De um lado, a

política. Do outro, a economia. A aceleração inflacionária, neste início de ano, ameaça deixar a classe empresarial com o papel de vilã na novela dos tormentos do povo brasileiro.

A inflação ensaia romper a barreira mensal dos 30 por cento. E nem a esperança de um número menor em fevereiro serve de consolo. O menor mês do ano ainda tem o Carnaval para reduzir o número de dias úteis para a escalada dos preços. As previsões para março são de recrudescimento, segundo os mais categorizados analistas do mercado. A não ser que rapidamente se instale um amplo processo de entendimento, entre o Governo e empresários, em busca de freios mutuamente consentidos para conter essa espiral inflacionária.

Muito melhor dialogar em torno de mecanismos como uma experiência de prefixação por um período determinado juntamente com concessões mútuas em torno de taxas de juros, alívios tributários para os setores mais vulneráveis é um ensaio geral de retomada gradual e segura do crescimento econômico — para responder a demandas sociais que não podem ser ignoradas —, do que assistir à deterioração de uma conjuntura que fatalmente cobrará cabeças. Um quadro de hiperinflação, que não precisa ser real, mas apenas psicológico, certamente desencadeará uma escalada de ações e retaliações. O sistema financeiro aparecerá na linha de frente, por conta de seus habituais lucros e da consciência geral de que muitos de seus operadores não sobreviveriam em um ambiente de inflação de Primeiro Mundo. O comércio também enfrentaria os sobressaltos de uma caça às bruxas. E, por fim, as cobranças acabariam chegando à indústria. Nessa hora, dificilmente teríamos vantagens a contabilizar, por quem quer que fosse.